



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2017

Tipo: MENOR PREÇO

Processo Interno nº 945/2017

Objeto: Promover registro de preço, consignado em Ata, para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar (Carnes, polpa de fruta e pães), em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 38/2009 e 26/2013, conforme constante neste Edital e seus Anexos.

OBS.: Os possíveis esclarecimentos ou retificações serão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Sabará: www.sabara.mg.gov.br, e no Diário Oficial de Minas Gerais.



NORMAS DA LICITAÇÃO

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SABARÁ, através de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, em sessão pública, na Sala de Licitações localizada na Rua Comendador Viana, nº 119, Centro, em Sabará, Minas Gerais, para seleção da proposta mais vantajosa ao atendimento do objeto contemplado neste Edital.

Este Pregão será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 1.590, de 15 de abril de 2007, Decreto Municipal 11/2013, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

O pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) Sr.(a) Verlaine Carneiro do Espírito Santo e, na sua ausência, pelo Sr. Luiz Cláudio Lopes, e equipe de apoio, todos servidores designados pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, por meio da Portaria n.º 002/17, de 02 de janeiro de 2017. O(A) Pregoeiro(a) terá a assessoria de técnicos e da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sabará.

2 – OBJETO

2.1 - Promover registro de preço, consignado em Ata, para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar (Carnes, polpa de fruta e pães), em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 38/2009 e 26/2013, conforme constante neste Edital e seus Anexos.

2.1.1 - A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I deste Edital.

2.2 - O fornecimento do objeto será realizado caso a caso, na forma e condições fixadas no presente instrumento, conforme especificações e estimativas de consumo, de acordo com os créditos orçamentários pertinentes, não gerando para a empresa vencedora o direito ao empenho a seu favor do valor total do quantitativo licitado, ficando dito empenho a critério da Administração, analisada a real necessidade do fornecimento e da aplicação dos recursos orçamentários.

2.3 – Surgida a demanda, a unidade competente deverá encaminhar requisição à Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Administração contendo: (a) indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa; (b) descrição do(s) material(ais), quantidade e valor; (c) data limite e local para entrega; (d) assinatura e carimbo do requisitante e do Ordenador de Despesa.

2.4 - Constituem Anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Especificações Técnicas/Termo de Referência

Anexo II – Lotes

Anexo III- Planilha Proposta Comercial / Fornecimento

Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo V - Minuta do Contrato



Anexo VI - Declaração de Aceite de Amostra

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital, sendo que

3.1.1 – Poderão concorrer aos lotes I, III e V do Anexo II (COTA RESERVADA), somente empresas enquadradas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014.

3.1.2 – Os lotes II, IV e VI do Anexo II (COTA PRINCIPAL) são destinados à Ampla Concorrência.

3.1.3 – Para a cota reservada a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

3.1.4 – Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.1.5 – Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a aquisição de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

3.2 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

3.2.1 - suspensão de participar em licitação e/ou impedida de licitar e contratar com o Município de Sabará;

3.2.2 - declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

3.2.3 - em consórcio ou grupo de empresas nacionais ou estrangeiras com subcontratação ou formas assemelhadas;

3.2.4 - Sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.5 - não atendam ao estipulado no subitem 3.1 deste Título.

3.3 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

3.4 - A participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.



4 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação”.

4.1.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao(a) pregoeiro(a), na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

4.1.1.1 - Local da sessão pública do pregão presencial: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Sabará, localizada na Rua Comendador Viana, nº 119, Centro, Sabará, MG;

4.1.1.2 - Data da sessão pública do pregão presencial: **25/05/2017**

4.1.1.3 - Horário da sessão pública do pregão presencial: **09h00min.**

4.1.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2017
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2017
ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....

4.2 – A Prefeitura Municipal de Sabará não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” que não sejam entregues ao(à) pregoeiro(a) designado(a), no local, data e horário definido neste Edital.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 - Na sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao(à) pregoeiro(a), devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do licitante.

5.2.1 - No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de



administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

5.2.2 - No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), consoante art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento previsto nos artigos 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar tal atributo mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

a) se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede do licitante;

b) se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede do licitante.

c) Declaração de que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, consoante modelo a seguir:

DECLARAÇÃO
A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)) , art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.
Data e local _____-_____-_____ (Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal)

5.4 - A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo a seguir:



DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ n.º _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial n.º. _____.

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

5.5 - O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo adiante:

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ n.º (n.º do CNPJ), com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto à Prefeitura Municipal de Sabará (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º _____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Assinatura*

(Nome do Declarante, CI e CPF)

* Reconhecer firma

5.6 - A declaração de que trata a cláusula 5.4 deverá ser apresentada FORA DE QUALQUER ENVELOPE, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento ou, quando não houver interesse de apresentar credenciamento, junto com os envelopes da Proposta Comercial e de Habilitação.

5.7 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada empresa licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5.8 - A ausência do credenciado importará a imediata exclusão do licitante da sessão de lances e renúncia ao direito de manifestação de interposição de recursos.

6 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, em papel timbrado da empresa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras,



ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo II deste Edital, e deverão constar:

6.1.1 - Nome, CNPJ, endereço, inscrição estadual e/ou municipal, telefone/fax, e-mail demais dados da empresa proponente e de seu representante legal;

6.1.2 - Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

6.1.3 – Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e de que a licitante está acordo com todas as normas editalícias para obtenção de propostas e seus Anexos.

6.1.4 – Marca, modelo, prazo de garantia, assistência técnica, local de entrega do objeto e outras condições exigidas neste Edital e seus Anexos, conforme o caso.

6.1.5 – O preço oferecido sobre a referência fixada no Anexo I deste Edital.

6.2 - Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula;

6.2.1 - Ocorrendo divergências entre o preço unitário dos itens e os preços totais dos itens ou dos lotes ou da proposta, prevalecerá o valor dos preços unitários, com a respectiva correção dos preços totais. Caso a divergência ocorra entre os algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

6.3 – Todas as condições estabelecidas neste Edital serão tacitamente aceitas pelo proponente com a apresentação de sua proposta comercial.

6.4 – A proposta deverá atender plenamente ao exigido neste Edital, podendo o proponente cotar aqueles lotes que forem de sua conveniência.

6.5 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 – REGULARIDADE JURÍDICA

7.1.1 - Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

7.1.2 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, e suas alterações posteriores ou o instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, e no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

7.1.3 - Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



7.1.4 - Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.5 - Os documentos relacionados nos subitens 7.1.1 a 7.1.3 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.6 - Os documentos acima referidos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 – REGULARIDADE FISCAL

7.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

7.2.2 - Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante emitida pelo órgão competente e Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através da “Certidão Conjunta Negativa ou positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, a Dívida Ativa da União e Contribuições Sociais”.

7.2.3 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou certidão positiva com efeito de negativa ou Certidão de Regularidade para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante aquela Justiça.

7.2.5 - A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

7.2.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), assegurar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) for declarada vencedora do certame, para a devida e necessária regularização.

7.2.5.2 - A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

7.2.5.3 - O prazo previsto no subitem 7.2.5.1, poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo licitante e expressamente autorizado pela Administração.

7.2.5.4 - A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.



7.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

7.3.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial de créditos, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, devidamente válida na data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei Federal 8.666/93.

7.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação através da apresentação de 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação do fornecimento, qualidade do produto, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento.

7.5 – DECLARAÇÕES

7.5.1 - Declaração de que o licitante tem pleno conhecimento do objeto licitado e das exigências do edital e seus anexos e que não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual; e declaração de que o licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos realizando qualquer trabalho, conforme determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº. 8.666/93 (com redação dada pela Lei Federal nº. 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. As declarações serão conforme modelos a seguir:

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento do objeto licitado, das exigências do edital e seus anexos e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



DECLARAÇÃO

A empresa....., inscrita no CNPJ sob n.º
....., por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr(a)....., portador do Documento de Identidade n.º
....., DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao
disposto no art. 7º,XXXIII da Constituição da República, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

Qualificação: -----.

7.6 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.6.1 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo(a) pregoeiro(a) ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.

7.6.1.1 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.6.1.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

7.6.2 - O não atendimento a qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

7.6.3 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

7.6.3.1 - Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso do CNPJ, dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica e declarações.

8 – DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1 - No horário e local indicados na cláusula 4ª deste Edital, será aberta a sessão de Pregão, iniciando-se com o credenciamento para identificação dos representantes dos



licitantes interessados em participar do certame.

8.2 – Conjuntamente com os documentos a que alude a cláusula 5ª, os licitantes entregarão ao(à) pregoeiro(a) os envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

8.3 - Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.4 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.4.1 - Abertos os envelopes de propostas comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.4.1.1 - Será desclassificada a proposta que:

- a)** não se refira à integralidade do quantitativo solicitado para cada Item;
- b)** apresente as condições previstas no art. 48, II da Lei n.8.666/93;
- c)** apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;
- d)** não atenda às exigências do instrumento convocatório ou das diligências;
- e)** não atenda às especificações do objeto desta licitação;
- f)** não ou acrescente expressões como “referência”, “similar” ou “conforme nossa disponibilidade de estoque”;
- g)** Apresente preços acima dos limites estabelecidos no ANEXO I

8.4.2 – O(A) pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de menor preço ofertado e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço para participarem dos lances verbais.

8.4.3 - Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o(a) pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), incluída a proposta de melhor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.4.3.1 - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.5 - DOS LANCES VERBAIS

8.5.1 - Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

8.5.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, o sistema determinará a ordem de apresentação dos lances.

8.5.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) pregoeiro(a), implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.



8.5.4 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.5.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

8.6 – JULGAMENTO

8.6.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.6.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.6.2.1 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço, quanto ao objeto e o valor estimado da aquisição

8.6.2.2 - Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da aquisição, esta poderá ser aceita.

8.6.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.6.3.1- Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender às exigências fixadas neste Edital.

8.6.3.2 - Quando necessário, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante que demonstre a exequibilidade de seus preços.

8.6.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor.

8.6.5 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.6.6 - Após a apuração da menor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresa -ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

8.6.6.1 – O(A) pregoeiro(a) convocará a Pequena Empresa detentora da proposta de menor valor dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente nova proposta de preço INFERIOR ao valor da



melhor oferta inicial, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

8.6.6.2 - Realizada nova oferta de preço, nos termos do subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.6.6.3 - Sendo aceitável a nova oferta de preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.6.6.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo previsto no item 7.2.5.1, para a devida e necessária regularização.

8.6.6.3.2 - Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP regularizar sua documentação fiscal, o(a) pregoeiro(a) deverá suspender a sessão de pregão e registrar em ata que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia, horário e local informados para a retomada da sessão de lances em referência.

8.6.6.4 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa -ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.6.6.5 - Se a Pequena Empresa não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o(a) pregoeiro(a) convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 8.6.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.6.6.6 - Caso não haja Micro Empresa -ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de nova proposta de preço ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, o(a) pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame ao licitante originalmente declarado vencedor.

8.6.6.7 - O disposto no item 8.6.6 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa -ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP.

8.6.7 - Após a aplicação do critério de desempate, se houver, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.7 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio e pelos licitantes presentes.

8.8 - A contar do dia da sessão, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta de preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, discriminando o valor unitário e total, em conformidade com o valor do lance vencedor e com critérios definidos na cláusula 6ª deste Edital, por fax ou por meio eletrônico.



9 – DOS RECURSOS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.4 - Os recursos e contrarrazões de recurso de qualquer natureza devem ser endereçados a(o) pregoeiro(a) e protocolados na Sala de Licitações, localizada à Rua Comendador Viana, nº 119, Centro- Sabará/MG, em 03 (três) dias úteis, no horário de 09 às 12 horas ou de 13 às 17 horas, o qual deverá receber, examinar e submetê-los à autoridade competente que decidirá sobre sua pertinência.

9.5 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.6 - O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal, bem como os que forem enviados por fax ou e-mail.

9.8 - A Prefeitura Municipal de Sabará não se responsabilizará por memoriais de recursos e/ou impugnações endereçados via postal, entregues em locais diversos da sala de Licitação e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

9.9 - A empresa que remeter recursos e impugnações via postal, dentro do prazo legal, na mesma data, deverá encaminhar por e-mail o comprovante de postagem e a cópia dos documentos postados.

9.10 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a manifestação de intenção de interposição dos mesmos, sem que tenha havido manifestação dos licitantes, o(a) pregoeiro(a) devolverá, aos licitantes julgados desclassificados em todos os lotes, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.



10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 – Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Homologada a presente licitação, a Secretaria Municipal de Administração lavrará documento com força de compromisso para futura aquisição denominado Ata de Registro de Preços, que conterá número de ordem em série anual, número do pregão e do processo administrativo respectivo, órgãos e/ou unidades integrantes do registro, qualificação do detentor do preço registrado ou de seu representante legal devidamente comprovado, percentuais de desconto ofertados pelo adjudicatário e prazos e condições de entrega pactuadas.

11.2 - A adjudicatária terá até 03 (três) dias úteis contados da sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.2.1 - O prazo para assinatura estipulado neste subitem poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

11.3 - Caso a Adjudicatária se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços a Secretaria Municipal de Administração terá a prerrogativa de adjudicar à segunda colocada o objeto licitado.

11.4 - A recusa injustificada de assinar a Ata pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.5 - O registro de preços será formalizado através Ata de Registro de preço, ao qual se aplicam as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente seu artigo 55, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11.6 - O vencedor que tenha seu preço registrado poderá ser convocado a cumprir as obrigações decorrentes do registro de preços, durante o prazo de sua vigência, observadas as condições fixadas neste Edital e demais normas aplicáveis.

11.7 - A Ata de Registro de Preços será lavrada em 02 (duas) vias.

11.8 - Para ciência dos interessados e efeitos legais, as publicações do extrato ou da íntegra da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial serão providenciadas e correrão por conta e ônus da Administração Municipal.



11.9 - Uma vez assinado a Ata, cada solicitação de material instruirá o processo que efetivará a aquisição por meio de termo próprio denominado Ordem de Fornecimento, que será considerado contrato acessório relativo ao ajuste principal denominado Ata de Registro de Preço.

11.10 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir e requisitar os fornecimentos, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

11.11 - O exercício da preferência previsto no subitem anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição por outro meio legalmente permitido, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

11.12 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) liberar o fornecedor do compromisso assumido, se frustrada a negociação; e

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.13 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, listas/tabelas de preços de fabricantes, etc.); e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.13.1 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.14 - O prazo de validade de cada registro será de até 01 (um) ano, podendo ser convocada nova concorrência ou pregão antes de expirado referido prazo, de acordo com o interesse público, para substituição do preço registrado e/ou para inclusão de novos produtos.

11.15 - O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados, ficando essas informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.16 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer Unidade Administrativa da Prefeitura Municipal de Sabará e por qualquer ente ou órgão da



Administração direta ou indireta de outras esferas governamentais que não tenham participado do certame licitatório, nos termos do Decreto Municipal regulamentador da matéria.

12 - DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria Municipal de Fazenda após o recebimento das notas fiscais/faturas à vista da declaração da efetiva entrega do objeto, observando-se ainda:

12.1.1 - As Secretarias solicitantes terão o prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento da nota fiscal/fatura para se pronunciar sobre o seu aceite, e o pagamento será processado pela Secretaria Municipal de Fazenda em até 20 (vinte) dias;

12.1.2 - Se a nota fiscal/fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a Prefeitura Municipal de Sabará do prazo estabelecido anteriormente para pronunciar sobre o aceite da nota fiscal corrigida.

12.1.3 - Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de algum produto o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pelo proponente vencedor.

12.1.2 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

13 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 – O objeto desta licitação deverá ser entregue na forma prevista no Anexo I deste Edital contra apresentação da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Sabará.

13.2 - Durante a execução do fornecimento os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública.

13.3 - O recebimento do(s) material(ais) no(s) local (locais) designado(s) na(s) Autorização(ões) de Ordem de Fornecimento ou outro indicado pela Administração será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

13.3.1 - O Signatário Detentor dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Ordem de Fornecimento respectivas;

13.3.2 - A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Signatário Detentor, receberá os materiais provisoriamente para verificação de especificações, quantidade, preços, prazos e outros pertinentes;

13.4 - O prazo para verificação da quantidade e qualidade do objeto será de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, sendo que carga e a descarga serão de responsabilidade do licitante vencedor.

13.4.1 - Encontrando irregularidade ou caso os materiais estejam fora dos padrões determinados, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo máximo de



02 (dois) dias corridos. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas;

13.4.2 - Em caso de irregularidade não sanada pelo Signatário Detentor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.

13.5 - O recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade do objeto pelos responsáveis da Prefeitura, que lavrará termo assinado e aporá na nota fiscal o termo "RECEBIDO", o que significará estar o objeto de acordo com Edital e aceito definitivamente.

13.6 - Ainda que recebido em caráter definitivo subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade do licitante vencedor pela qualidade, perfeição e especificação do objeto.

13.7 - Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor – CDC.

13.8 - O Signatário Detentor somente poderá entregar os materiais com data de fabricação recente, com no mínimo 90% da sua vida de prateleira, nos horários e locais estabelecidos pelos Contratantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização dos materiais além das exigências e padrões definidos no presente Edital.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Adjudicatária/Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

14.1.1 – Advertência, que será aplicada sempre por escrito.

14.1.2 - Multa, nos seguintes percentuais:

a) 10 % (dez por cento) do valor total da adjudicação, quando o Adjudicatário se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, em observância ao disposto no artigo 81, Lei nº. 8.666/93;

b) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento por dia de atraso na entrega dos materiais ou do lapso entre a substituição do bem fora das especificações ou de má qualidade, contando os dias de aplicação da multa, entre o termo final do prazo de entrega e a data do efetivo fornecimento. Em caso de entrega parcial, por parte do Signatário Detentor, a multa será calculada sobre o quantitativo não entregue e prevalecerá para contagem da multa o período compreendido entre o correto dia da entrega e a entrega/substituição da totalidade dos itens/lotes. A presente multa deverá ser aplicada em atrasos de até no máximo 30 (trinta) dias;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento relativo ao lote não adimplido;

d) 10 % (dez por cento) sobre o quantitativo total previsto na Ata de Registro para o lote inadimplido quando o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas por parte da Signatária Detentora resultar no cancelamento da Ata de Registro de Preços.



14.1.3 - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

14.1.4 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

14.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

14.2 – As penalidades serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração.

14.3 - As multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

14.4 - Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.5 - No caso de aplicação das penalidades previstas neste subitem será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

14.6 - Na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

14.6.1 - No caso de aplicação das penalidades previstas neste subitem será concedido prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso.

14.7 - As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente com as demais penalidades previstas, após a análise do caso concreto e não exime o Signatário Detentor da plena execução do objeto contratado.

14.8 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

14.9 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO DETENTOR

15.1 - Atender, no prazo fixado pela Administração, as convocações para retirada da Ordem de Fornecimento.

15.2 - Entregar o objeto no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

15.3 - Respeitar o prazo de entrega fixado pela Administração na Autorização de Empenho - AE.



- 15.4** - Manter, o menor valor constante na Ata de Registro de Preços.
- 15.5** - Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento.
- 15.6** - Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.
- 15.7** - Apresentar, sempre que solicitado pela Administração, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 15.8** - Garantir a boa qualidade dos bens fornecidos, respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
- 15.8.1** – O Signatário Detentor deverá garantir a qualidade dos materiais entregues mesmo após o vencimento da Ata de Registro de Preços.
- 15.9** - Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado, assim como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- 15.10** - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 15.11** - Cumprir rigorosamente as obrigações relativas ao fornecimento.
- 15.12** - Comunicar à Administração toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 15.13** - Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 15.14** - Responder, integralmente, pelos danos causados ao Signatário Gestor ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução do objeto, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte da Administração.
- 15.15** - Entregar os laudos de análise do(s) material (ais), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do Edital e da legislação aplicável.
- 15.16** - Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- 15.17** - Substituir, após solicitação do Signatário Gestor, ou propor a(s) substituição (substituições) da(s) marca(s) do(s) material(ais) registrado(s) por outra(s), mantendo no mínimo o padrão fixado no Edital, sempre que restar comprovado em determinado momento, que a qualidade da(s) marca(s) anterior (anteriores) não atende (atendem) mais às especificações exigidas ou se encontra (encontram) fora da legislação aplicável.



15.18 - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e de qualificação dos itens exigidos na fase do processo licitatório e/ou da assinatura da Ata, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente da Administração, quando solicitadas.

15.19 - Sempre praticar o(s) preço(s) e a(s) marca(s) vigente(s), dando ciência, se necessário, aos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento.

15.20 - A empresa vencedora deverá apresentar, no ato da contratação:

15.20.1 - Alvará sanitário do licitante, em plena validade, expedido pela autoridade sanitária competente, Estadual, Municipal, Teritorial ou do Distrito Federal.

15.20.2 – Alvará de licença para localização e funcionamento, expedido por órgão competente.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DO SIGNATÁRIO GESTOR

16.1 - Pagar no vencimento a nota fiscal correspondente ao fornecimento dos materiais.

16.2 - Notificar o Signatário Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

16.3 - Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

16.4 - Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93.

16.5 -fiscalizar a execução deste do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidade constatada;

16.6 - assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados por meio de crachás com foto;

16.7 - comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;

16.8-decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste contrato;

16.9 - disponibilizar as informações e dados necessários à execução dos trabalhos pela CONTRATADA;

16.10 - arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.

16.11 – Garantir o pagamento dos alimentos entregues, após a emissão da Nota Fiscal,



desde que a mesma esteja em conformidade com a Autorização de Empenho/Ordem de Fornecimento e atestada pelo(s) servidor(es) responsável.

17 - DO PRODUTO E DAS EMBALAGENS

17.1 - DO PRODUTO

17.1.1 - O licitante vencedor ficará responsabilizado, sob pena de ser considerado inidôneo, se a qualquer tempo for constatado que as mercadorias estiverem em desacordo ou que não correspondam às especificações deste edital, ficando obrigado a substituí-los por outro que satisfaça as especificações e se compromete a completar as quantidades indicadas ou indenizará a Prefeitura Municipal de Sabará, caso não seja possível à substituição ou complementação dos produtos.

17.1.2 - A substituição terá o prazo máximo para o atendimento de 02 (dois) dias úteis.

17.2 - DAS EMBALAGENS

17.2.1 - Não poderão estar danificadas/violadas;

17.2.2 - Deverão possuir sistema de fechamento resistente, de forma a permitir um bom armazenamento dos produtos;

17.2.3 - Na mesma embalagem não poderá haver mistura de materiais diferentes;

17.2.4 - O licitante vencedor ficará responsabilizado, sob pena de ser considerado inidôneo, se a qualquer tempo for constatado que as mercadorias constantes das embalagens estiverem em desacordo ou que não correspondam às especificações deste edital, ficando obrigado a substituí-los por outro que satisfaça as especificações e se compromete a completar as quantidades indicadas ou indenizará a Prefeitura Municipal de Sabará, caso não seja possível à substituição ou complementação dos produtos.

17.2.5 - Os produtos devem atender à legislação vigente:

LOTE I – CARNES: deverá constar na embalagem, carimbo SIF (Serviço de Inspeção Federal) e número da aprovação de rótulo emitido pelo DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal) ou pelo IMA (Instituto Mineira Agropecuária);

LOTE II – POLPA DE FRUTA: deverá estar acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo com as resoluções 12/78, 12/01 e 272/05, da ANVISA/MS. O rótulo deverá seguir a instrução normativa nº 01, de 07/01/00, do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Para o item

LOTE III – PÃES: deverá obedecer os seguintes critérios: **Embalagem primária:** embalagem em sacos de polietileno, atóxico, que contenham 50 unidades. **Embalagem Secundária:** deverá ser entregue na instituição em caixas gradeadas confeccionadas em polietileno, atóxicas, ou similar, que preserve a integridade e qualidade do produto. Não é



permitido em hipótese alguma o armazenamento e transporte direto em caixas de papelão.

18 - DO TRANSPORTE (Para LOTE I – CARNES e LOTE II – POLPA DE FRUTA)

18.1 - O transporte dos produtos deverá ser realizado em veículo refrigerado com termômetro visível para conferência da temperatura.

19 - DAS AMOSTRAS

19.1 - A Administração poderá solicitar a apresentação de catálogos, amostras e embalagens próprias e/ ou demonstração dos materiais cotados, ficando os licitantes obrigados a apresentá-los sob pena de terem suas propostas rejeitadas.

19.2 - A análise e avaliação das amostras serão norteadas pelo atendimento das características e compatibilidades técnicas, em especial no que tange aos padrões de qualidade, durabilidade, funcionalidade desejada e desempenho pretendidos e requeridos, de tal modo que o Município tenha elementos para subsidiar sua decisão quanto à relação custo x benefício de produto que melhor atenda suas necessidades.

19.3 - A apresentação das amostras deve ser feita pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão do Pregão para inspeção dos padrões arrolados no item 12.2, a fim de que seja verificada a adequação e compatibilidade dos produtos com as exigências do Edital.

19.4 - As amostras dos produtos, deverão ser apresentadas em sua embalagem original, devidamente etiquetada com o nome do licitante, o número do item/ lote e o nome e número da modalidade. Não serão avaliadas as amostras que não estiverem identificadas ou fora de sua embalagem original.

19.5 - Será desclassificada a empresa que não entregar as amostras, quando solicitada, ou cujas amostras estejam em desacordo com os parâmetros definidos pelo Município.

19.6 - Só será julgada vencedora a proposta do licitante que tiver as amostras dos itens/lotes devidamente aprovadas.

19.7 - A aprovação das amostras significa que o licitante cumpriu integralmente os parâmetros exigidos no que tange a seleção do produto especificado e pretendido pela Administração.

19.8 - As amostras da empresa vencedora servirão de parâmetro no recebimento dos produtos e poderão ser retidas pela Administração e encaminhadas às unidades receptoras dos produtos para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega do objeto licitado.

19.9 - As amostras deverão ser apresentadas, devidamente identificadas na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sabará, situada na Rua Comendador Viana, nº 119 – Centro – Sabará, 48 horas **após** a sessão de julgamento, na forma definida no subitem 17.3.

19.10 - O preço apurado na licitação terá como base o produto apresentado, que deverá prevalecer até o final do fornecimento, salvo por motivo justo e aceito pela Administração.



20- DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos;

20.2 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

20.2.1 - Os esclarecimentos e a resposta à impugnação serão divulgados no sítio eletrônico www.sabara.mg.gov.br e comunicado à licitante que o tiver feito via fac-símile ou e-mail.

20.3 – Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo(a) pregoeiro(a) e pelos licitantes presentes que assim desejarem;

20.4 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão;

20.5 - É facultado ao(a) pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões;

20.6 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão;

20.7 – Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer acréscimos ou supressões conforme previstas no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93;

20.8 - É vedado à contratada subcontratar totalmente o fornecimento do objeto deste pregão;

20.9 - A presente licitação não importa em contratação e poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado;

20.10 – O(A) pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

20.11 - Reserva-se ao(a) pregoeiro(a) o direito de solicitar a apresentação de catálogos, amostras e embalagens próprias e/ ou demonstração dos materiais cotados, ficando os licitantes obrigados a apresentá-los sob pena de terem suas propostas rejeitadas.



20.12 - Quando for exigida amostra, a da empresa vencedora ficará de posse da Prefeitura Municipal de Sabará para confrontação e comparação com aquela que será entregue posteriormente.

20.13 - Este Edital encontra-se disponível gratuitamente no site www.sabara.mg.gov.br ou poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Sabará, além de ser afixado no Quadro de Avisos para conhecimento dos interessados.

20.14 - Poderão participar como carona neste Registro de Preço outros entes ou órgãos públicos e pessoas jurídicas de direito privado.

20.15 - A Administração, quando da aplicação das normas disciplinadoras da licitação, as interpretará em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não sejam comprometidos o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.16 - Informações complementares que visem a obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo(a) pregoeiro(a), no horário de 08h00min às 12h00min - 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail: licitacao@sabara.mg.gov.br;

20.17 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as informações referentes a esta licitação no site www.sabara.mg.gov.br, bem como as publicações do Diário Oficial de Minas Gerais.

Sabará, 11 de maio de 2017.

Hélio César Rodrigues de Resende
Secretário Municipal de Administração



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
001	CARNE BOVINA EM CUBO / PATINHO DE 2ª, CONGELADA, SEM OSSO, EM CUBOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N ° DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 11 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	5105	R\$ 21,96	R\$ 112.105,80



002	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª ACÉM CONGELADA, SEM OSSO, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. * EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADA A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE CONSERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE 365 DIAS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DE APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). EXCLUSIVO ME/EPP	KG	5146	R\$ 16,52	R\$ 85.011,92
003	PEITO DE FRANGO EM CUBOS SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADO E SEM TEMPERO, COM TEMPERATURA DE -12°C. SEM ACÚMULO DE SANGUE E GELO, NO MÁXIMO 6% DO SEU PESO EM ÁGUA (DE ACORDO COM A PORTARIA 210/98 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, ATÓXICA, RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).). VALIDADE: MÍNIMA DE 10 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	6147	R\$ 13,63	R\$ 83.783,61



004	CARNE SUÍNA EM ISCAS/ PERNIL PERNIL TRASEIRO CONGELADO, EM ISCAS DE APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E / OU AÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE PRODUTO E / DO PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, PACOTES CONTENDO 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE MERCADO, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	2575	R\$ 15,59	R\$ 40.144,25
005	POLPA DE FRUTA CONGELADA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR (PCT 1 KG): POLPA DE FRUTAS INTEGRAL, SABORES (ABACAXI, ACEROLA, GOIABA, MANGA, CAJU). NÃO CONTENDO PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO ALCOÓLICOS E NÃO FERMENTADO. CONSERVADO EM TEMPERATURA DE -12 A -18°C. O PRODUTO DEVERÁ TER RENDIMENTO APROXIMADO ENTRE 5 A 7 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES 12/78, 12/01 E 272/05, DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07/01/00, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. EXCLUSIVO ME/EPP.	UN	4848	R\$ 15,87	R\$ 76.937,76



006	PÃO DE SAL 50 G (FRANCÊS) - PÃO DE SAL, COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO FRANCÊS É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCA-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME. *EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILAR, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO ME/EPP	UN	60132	R\$ 0,91	R\$ 54.720,12
-----	---	----	-------	----------	---------------



007	<p>PÃO DOCE (CONFEITADO COM COCO): COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO DOCE É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, ÁGUA, MARGARINA COM 75% DE LIPÍDIOS, OVOS, AÇÚCAR CRISTAL, COCO FINO PADRÃO, MELHORADOR, FERMENTO BIOLÓGICO E SAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, ESTABILIZANTES E ANTIMOFO. O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DA ENTREGA E NÃO DEVE ESTAR AMASSADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO ME/EPP.</p>	UN	34370	R\$ 1,08	R\$ 37.119,60
-----	--	----	-------	----------	---------------



008	CARNE BOVINA EM CUBO / PATINHO DE 2ª, CONGELADA, SEM OSSO, EM CUBOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N° DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 11 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	15315	R\$ 21,96	R\$ 336.317,40
009	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª ACÉM CONGELADA, SEM OSSO, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. * EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADA A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE CONSERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE 365 DIAS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N° DE APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	15354	R\$ 16,52	R\$ 253.648,08



010	PEITO DE FRANGO EM CUBOS SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADO E SEM TEMPERO, COM TEMPERATURA DE -12°C. SEM ACÚMULO DE SANGUE E GELO, NO MÁXIMO 6% DO SEU PESO EM ÁGUA (DE ACORDO COM A PORTARIA 210/98 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, ATÓXICA, RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA)). VALIDADE: MÍNIMA DE 10 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	18343	R\$ 13,63	R\$ 250.015,09
-----	---	----	-------	-----------	----------------



011	<p>CARNE SUÍNA EM ISCAS/ PERNIL PERNIL TRASEIRO CONGELADO, EM ISCAS DE APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E / OU AÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE PRODUTO E / DO PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, PACOTES CONTENDO 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE MERCADO, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).. VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA</p>	KG	7685	R\$ 15,59	R\$ 119.809,15
012	<p>POLPA DE FRUTA CONGELADA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR (PCT 1 KG): POLPA DE FRUTAS INTEGRAL, SABORES (ABACAXI, ACEROLA, GOIABA, MANGA, CAJU). NÃO CONTENDO PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO ALCOÓLICOS E NÃO FERMENTADO. CONSERVADO EM TEMPERATURA DE -12 A -18°C. O PRODUTO DEVERÁ TER RENDIMENTO APROXIMADO ENTRE 5 A 7 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES 12/78, 12/01 E 272/05, DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07/01/00, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. AMPLA CONCORRÊNCIA.</p>	KG	14542	R\$ 15,87	R\$ 230.781,54



013	<p>PÃO DE SAL 50 G (FRANCÊS) - PÃO DE SAL, COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO FRANCÊS É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCA-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME. *EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILAR, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA.</p>	UN	171144	R\$ 0,91	R\$ 155.741,04
-----	---	----	--------	----------	----------------



014	<p>PÃO DOCE, CONFEITADO COM COCO: COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO DOCE É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, ÁGUA, MARGARINA COM 75% DE LIPÍDIOS, OVOS, AÇÚCAR CRISTAL, COCO FINO PADRÃO, MELHORADOR, FERMENTO BIOLÓGICO E SAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, ESTABILIZANTES E ANTIMOFO. O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DA ENTREGA E NÃO DEVE ESTAR AMASSADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA.</p>	UN	103111	R\$ 1,08	R\$ 111.359,88
-----	---	----	--------	----------	----------------



015	PÃO DE SAL INTEGRAL: COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. DEVE SER COMPOSTO POR FARINHA DE TRIGO TIPO 1 COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, ÁGUA, MELHORADOR DE FARINHA, SAL (CLORETO DE SÓDIO), ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO.	UN	700	R\$ 1,41	R\$ 987,00
-----	---	----	-----	----------	------------

1. **Validade da proposta:** 90 (noventa) dias.

2. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.1. LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS

2.1.1. Escolas Municipais:

Nº	UNIDADES DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO
01	E.M. Adão de Fátima Pereira	Rua Guaraciaba, 73 CEP 34.700-050	Alvorada
02	E.M. Afonso Maria da Silva	BR 262, KM 35,5 CEP 34.740-000	Palmital/Ravena
03	E.M. Aníbal Machado	Rua Diamantina, s/nº - CEP 34.600-060	N. Sra. de Fátima
04	E.M. Augusta Azeredo	Av. Albert Scharlé, 1.228 CEP 34.535-100	Paciência
05	E.M. Bernardino Augusto Ferreira	Rua Atílio Purri, s/nº CEP 34730-050	Borba Gato
06	E.M. Construtor Joaquim Borges	Rua Carvalho de Brito, 1089 CEP 34.585-570	General Carneiro (Val Paraíso II)
07	E.M. Edith de Assis Costa	Rua Diogo Álvares Corrêa, 675 CEP 34.555-070	Rosário I
08	E.M. Gabriela Leite Araújo	Rua Minas Novas, s/nº CEP 34.600-650	N. Sra. de Fátima



09	E.M. Geralda Dias de Assunção	Rua Vila Nova, 59 CEP 34.650-210	Novo Alvorada
10	E.M. Geraldo dos Santos	Rua Santa Cruz, s/nº CEP 34.525-280	Morro da Cruz
11	E.M. Gerson Manoel dos Anjos	Rua Hibris, 450 CEP 34.710-080	Ana Lúcia
12	E.M. Hilda de Carvalho	Rua Franquelino Benevenuto, BR 262, KM 13, 04	Borges
13	E.M. José Rodrigues da Silva	Av. Serra da Piedade, 351 CEP 34.515-640	Morada da Serra
14	E.M. Jules Pauly	Rua Sacramento, 160 CEP 34.600-470	N. Sra. de Fátima
15	E.M. Maria Célia de Freitas	Av. Dr. Henrique de Melo, s/nº CEP 34.535-230	Roça Grande
16	E.M. Maria Costa Pinto	Rua Rio Acima, s/nº CEP 34.580-270	Vila São José General Carneiro
17	E.M. Ordália Ferreira Campos	Rua Cândido Lúcio Ferreira Pinto, 430 - CEP 34.740-000	Ravena
18	E.M. Orozimbo Vaz de Araújo Costa	Povoado de Traíras CEP 34.740-000	Ravena
19	E.M. Padre Geraldo de Souza	Av. Dr. Henrique de Melo, s/nº CEP 34.535-230	Roça Grande
20	E.M. Padre Sebastião Tirino	Rua Marieta Machado, s/nº CEP 34.505-360	Centro
21	E.M. Professora Elza Soares	Rua Rio Grande do Sul, 81 CEP 34.585-260	General Carneiro
22	E.M. Professora Irene Pinto	BR 262, KM 14 CEP 34.500-000	Borges
23	E.M. Profª. Mª Aparecida Batista	Rua Mariana, 61 CEP 34.590-250	General Carneiro
24	E.M. Professora Marita Dias	Rua José Rodrigues dos Santos, 709 - CEP 34.525-410	Adelmolândia
25	E.M. Professora Tiná Costa	Rua Caeté, s/nº CEP 34.515-040	Vila Santa Cruz
26	E.M. Profª Rosalina Alves Nogueira	Rua José Vaz Pedrosa, 56 CEP 34.505-970	Pompéu
27	E.M. Santos Dumont	BR 262, KM 14 – s/nº CEP 34.725-010	Borba Gato
28	E.M. Ver. Geraldo Alves Feitoza	Rua Senegal, 260 CEP 34.590-210	Nações Unidas
29	E.M. Vereador José Lopes	Rua Juiz de Fora, 983 CEP 34.600-240	N. Sra. de Fátima
30	ESAE/APAE	Av. Expedicionário Romeu Jerônimo Dantas, 500 CEP 34.515-740	Caieira

2.1.2. Centros de Educação Infantil (Creches) Municipais:

Nº	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO
01	CEI Aníbal Machado	Rua Diamantina, 200	Fátima



02	CEI Anexo General Carneiro	Rua Tiradentes, s/nº	Gal. Carneiro
03	CEI Gal. Carneiro	Rua Carvalho de Brito, 1.111	Gal. Carneiro
04	CEI Irmãos Santos Braz	Rua Florestal, s/nº	Alvorada
05	CEI Luiz Gomes de Assis	Rua Diogo Álvares Correa, 615	Rosário I
06	CEI Castanheiras	Rua Prudente de Moraes, s/nº	Castanheiras

2.1.3. Centros de Educação Infantil (Creches) Conveniados:

Nº	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO
01	CEI Alvorada	R. Guaraciaba, 93	Alvorada
02	CEI Aruanda Lar dos Filhos de Deus	Rua França, 578	Nações Unidas
03	CEI Crianças de Jesus	Rua Ricardino, 312	Roça Grande
04	CEI Lar de Maria	Rua José M. Barbosa, 301	Terra Santa
05	CEI Missão de Misericórdia	Rua Florália, 49	N. Sra. de Fátima
06	CEI Pingo de Gente	R. Marginal, 16	Borba Gato
07	CEI Soldadinhos de Cristo	Rua Campo Florido, 404	N. Sra. de Fátima

2.2. PRAZOS DE ENTREGA

2.2.1. A entrega do objeto desta licitação será parcelada por um período de 12 (doze) meses, com entregas mensais, quinzenais e semanais, iniciando-se da assinatura do termo contratual e emissão da Autorização de Empenho – AE e em conformidade com a programação e cronograma de entrega e necessidade da Secretaria.

LOTE I – CARNE e LOTE II – POLPA – Entregas quinzenais.
LOTE III – PÃES: Entregas semanais e mensais.

2.2.2. A verificação da quantidade, qualidade e embalagem do objeto será realizada no ato do recebimento.

2.2.3. É responsabilidade exclusiva da empresa realizar a entrega do objeto licitado diretamente no local indicado no item 2.1 deste termo, acompanhando até sua finalização.

2.2.4. Os gêneros entregues que não estiverem rigorosamente de acordo com as especificações contidas neste termo serão devolvidos, devendo a licitante vencedora trocá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de ser rescindido o contrato sem qualquer indenização.

2.2.5. Todos os estabelecimentos estão orientados para realizar a conferência dos gêneros no momento da entrega, devendo o fornecedor esperar este serviço e colaborar para que o mesmo seja realizado. Caso haja incompatibilidade entre o quantitativo entregue e o descrito no recibo, o recebedor é orientado a transcrever a incompatibilidades nas três vias do recibo. Se for constatada quantidade inferior após a entrega dos mesmos, ficará a empresa responsável pela reposição.



3. DO PRODUTO E DAS EMBALAGENS

3.1. DO PRODUTO

3.1.1. O licitante vencedor ficará responsabilizado, sob pena de ser considerado inidôneo, se a qualquer tempo for constatado que as mercadorias estiverem em desacordo ou que não correspondam às especificações deste edital, ficando obrigado a substituí-los por outro que satisfaça as especificações e se compromete a completar as quantidades indicadas ou indenizará a Prefeitura Municipal de Sabará, caso não seja possível à substituição ou complementação dos produtos.

3.1.2. A substituição terá o prazo máximo para o atendimento de 02 (dois) dias úteis.

3.2. DAS EMBALAGENS

3.2.1. Não poderão estar danificadas/violadas;

3.2.2. Deverão possuir sistema de fechamento resistente, de forma a permitir um bom armazenamento dos produtos;

3.2.3. Na mesma embalagem não poderá haver mistura de materiais diferentes;

3.2.4. O licitante vencedor ficará responsabilizado, sob pena de ser considerado inidôneo, se a qualquer tempo for constatado que as mercadorias constantes das embalagens estiverem em desacordo ou que não correspondam às especificações deste edital, ficando obrigado a substituí-los por outro que satisfaça as especificações e se compromete a completar as quantidades indicadas ou indenizará a Prefeitura Municipal de Sabará, caso não seja possível à substituição ou complementação dos produtos.

3.2.5. Os produtos devem atender à legislação vigente:

LOTE I – CARNES: deverá constar na embalagem, carimbo SIF (Serviço de Inspeção Federal) e número da aprovação de rótulo emitido pelo DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal) ou pelo IMA (Instituto Mineira Agropecuária); Para o Item.

LOTE II – POLPA DE FRUTA: deverá estar acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo com as resoluções 12/78, 12/01 e 272/05, da ANVISA/MS. O rótulo deverá seguir a instrução normativa nº 01, de 07/01/00, do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Para o item

LOTE III – PÃES: deverá obedecer aos seguintes critérios: **Embalagem primária:** embalagem em sacos de polietileno, atóxico, que contenham 50 unidades. **Embalagem Secundária:** deverá ser entregue na instituição em caixas gradeadas confeccionadas em polietileno, atóxicas, ou similar, que preserve a integridade e qualidade do produto. Não é permitido em hipótese alguma o armazenamento e transporte direto em caixas de papelão.

4. DO TRANSPORTE (Para LOTE I – CARNES e LOTE II – POLPA DE FRUTA)

O transporte dos produtos deverá ser realizado em veículo refrigerado com termômetro visível para conferência da temperatura.



5. DAS AMOSTRAS

5.1. A Administração poderá solicitar a apresentação de catálogos, amostras e embalagens próprias e/ ou demonstração dos materiais cotados, ficando os licitantes obrigados a apresentá-los sob pena de terem suas propostas rejeitadas.

5.2. A análise e avaliação das amostras serão norteadas pelo atendimento das características e compatibilidades técnicas, em especial no que tange aos padrões de qualidade, durabilidade, funcionalidade desejada e desempenho pretendidos e requeridos, de tal modo que o Município tenha elementos para subsidiar sua decisão quanto à relação custo x benefício de produto que melhor atenda suas necessidades.

5.3. A apresentação das amostras deve ser feita pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão do Pregão para inspeção dos padrões arrolados no item 5.2, a fim de que seja verificada a adequação e compatibilidade dos produtos com as exigências do Edital.

5.4. As amostras dos produtos, deverão ser apresentadas em sua embalagem original, devidamente etiquetada com o nome do licitante, o número do item/ lote e o nome e número da modalidade. Não serão avaliadas as amostras que não estiverem identificadas ou fora de sua embalagem original.

5.5. Será desclassificada a empresa que não entregar as amostras, quando solicitada, ou cujas amostras estejam em desacordo com os parâmetros definidos pelo Município.

5.6. Só será julgada vencedora a proposta do licitante que tiver as amostras dos itens/ lotes devidamente aprovadas.

5.7. A aprovação das amostras significa que o licitante cumpriu integralmente os parâmetros exigidos no que tange a seleção do produto especificado e pretendido pela Administração.

5.8. As amostras da empresa vencedora servirão de parâmetro no recebimento dos produtos e poderão ser retidas pela Administração e encaminhadas às unidades receptoras dos produtos para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega do objeto licitado.

5.9. As amostras deverão ser apresentadas, devidamente identificadas na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sabará, situada na Rua Comendador Viana n.º 119 – Centro – Sabará, 48 horas **após** a sessão de julgamento, na forma definida no subitem 5.3.

5.10. O preço apurado na licitação terá como base o produto apresentado, que deverá prevalecer até o final do fornecimento, salvo por motivo justo e aceito pela Administração.

6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 DA CONTRATANTE

6.1.1. Fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas



6.1.2. Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados por meio de crachás com foto;

6.1.3. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;

6.1.4. Disponibilizar as informações e dados necessários à execução dos trabalhos pela CONTRATADA;

6.1.5. Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.

6.2. DA CONTRATADA

6.2.1. Adquirir e fornecer todos os produtos necessários à execução do objeto deste contrato;

6.2.2. Efetuar o fornecimento contratado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, podendo o MUNICÍPIO recusá-lo caso não esteja de acordo com o previsto neste Contrato ou na normatização aplicável à matéria;

6.2.3. Fornecer, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução deste Contrato;

6.2.4. Cumprir os prazos previstos neste Contrato e outros que venham a ser fixados pelo MUNICÍPIO;

6.2.5. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste Contrato, durante toda a sua vigência e mesmo após o seu término, a pedido do MUNICÍPIO;

6.2.6. Indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) preposto para representá-la perante o MUNICÍPIO;

6.2.7. Observar as disposições legais que regulam o exercício de sua atividade, como empresa legalmente habilitada para o fornecimento objeto deste Contrato;

6.2.8. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no preâmbulo do presente Contrato, bem como as cláusulas deste, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria no fornecimento e dos resultados obtidos, preservando o MUNICÍPIO de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

6.2.9. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os fornecimentos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução deste contrato ou dos métodos empregados, imediatamente ou no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;

6.2.10. Manter, durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo



comunicar ao MUNICÍPIO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

6.2.11. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

6.2.12. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento das atividades objeto deste Contrato;

6.2.13. Coordenar, aparelhar e remunerar sua equipe técnica, de modo que a consecução do objeto contratado se faça de forma satisfatória, garantindo a qualidade do objeto contratado;

6.2.14. Cumprir fielmente a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, assistencial e securitária, decorrentes das atividades contratadas;

6.2.15. Executar o fornecimento contratado dentro do prazo estabelecido e alocar recursos para tal fim.

6.2.16. Observar todas as condições impostas na licitação que precedeu a celebração deste ajuste.

6.2.17. A licitante vencedora se sujeita a demonstrar sua capacidade de fornecimento, qualidade e origem da mercadoria, inclusive com verificação local em qualquer época, até a efetiva entrega do objeto desta licitação.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. RESPONSÁVEIS

7.1.1. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência da mercadoria, serão realizados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, através da Gerência de Assistência ao Educando (Setor de Alimentação Escolar). Os servidores responsáveis pelo gerenciamento e acompanhamento da execução do contrato são as servidoras Anna Cláudia de Freitas e Loyola, matrícula 25.626, Érica Ferreira Pimenta, Matrícula 25.495, sendo estas Analistas da Educação Básica – ANEB (Nutricionistas).



ANEXO II

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

LOTE I – CARNES (EXCLUSIVO ME/EPP)

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
001	CARNE BOVINA EM CUBO / PATINHO DE 2ª, CONGELADA, SEM OSSO, EM CUBOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N ° DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 11 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	5105	R\$ 21,96	R\$ 112.105,80



002	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª ACÉM CONGELADA, SEM OSSO, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. * EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADA A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE CONSERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE 365 DIAS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DE APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). EXCLUSIVO ME/EPP	KG	5146	R\$ 16,52	R\$ 85.011,92
003	PEITO DE FRANGO EM CUBOS SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADO E SEM TEMPERO, COM TEMPERATURA DE -12°C. SEM ACÚMULO DE SANGUE E GELO, NO MÁXIMO 6% DO SEU PESO EM ÁGUA (DE ACORDO COM A PORTARIA 210/98 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, ATÓXICA, RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).). VALIDADE: MÍNIMA DE 10 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	6147	R\$ 13,63	R\$ 83.783,61



004	CARNE SUÍNA EM ISCAS/ PERNIL PERNIL TRASEIRO CONGELADO, EM ISCAS DE APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E / OU AÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE PRODUTO E / DO PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, PACOTES CONTENDO 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE MERCADO, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	2575	R\$ 15,59	R\$ 40.144,25
-----	--	----	------	-----------	---------------

TOTAL LOTE I: R\$ 321.045,58



LOTE II – POLPA DE FRUTA (EXCLUSIVO ME/EPP)

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
005	POLPA DE FRUTA CONGELADA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR (PCT 1 KG): POLPA DE FRUTAS INTEGRAL, SABORES (ABACAXI, ACEROLA, GOIABA, MANGA, CAJU). NÃO CONTENDO PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO ALCOÓLICOS E NÃO FERMENTADO. CONSERVADO EM TEMPERATURA DE -12 A -18°C. O PRODUTO DEVERÁ TER RENDIMENTO APROXIMADO ENTRE 5 A 7 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES 12/78, 12/01 E 272/05, DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07/01/00, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. EXCLUSIVO ME/EPP.	UN	4848	R\$ 15,87	R\$ 76.937,76

TOTAL LOTE II: R\$ 76.937,76



LOTE III – PÃES (EXCLUSIVO ME/EPP)

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
006	PÃO DE SAL 50 G (FRANCÊS) - PÃO DE SAL, COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO FRANCÊS É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCA-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME. *EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILAR, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO ME/EPP	UN	60132	R\$ 0,91	R\$ 54.720,12



007	<p>PÃO DOCE (CONFEITADO COM COCO): COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO DOCE É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, ÁGUA, MARGARINA COM 75% DE LIPÍDIOS, OVOS, AÇÚCAR CRISTAL, COCO FINO PADRÃO, MELHORADOR, FERMENTO BIOLÓGICO E SAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, ESTABILIZANTES E ANTIMOFO. O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DA ENTREGA E NÃO DEVE ESTAR AMASSADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO ME/EPP.</p>	UN	34370	R\$ 1,08	R\$ 37.119,60
-----	--	----	-------	----------	---------------

TOTAL LOTE III: R\$ 91.839,72



LOTE IV – CARNES (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
008	CARNE BOVINA EM CUBO / PATINHO DE 2ª, CONGELADA, SEM OSSO, EM CUBOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N° DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 11 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	15315	R\$ 21,96	R\$ 336.317,40



009	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª ACÉM CONGELADA, SEM OSSO, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. * EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADA A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE CONSERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE 365 DIAS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DE APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	15354	R\$ 16,52	R\$ 253.648,08
010	PEITO DE FRANGO EM CUBOS SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADO E SEM TEMPERO, COM TEMPERATURA DE -12°C. SEM ACÚMULO DE SANGUE E GELO, NO MÁXIMO 6% DO SEU PESO EM ÁGUA (DE ACORDO COM A PORTARIA 210/98 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, ATÓXICA, RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).). VALIDADE: MÍNIMA DE 10 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	18343	R\$ 13,63	R\$ 250.015,09



011	CARNE SUÍNA EM ISCAS/ PERNIL PERNIL TRASEIRO CONGELADO, EM ISCAS DE APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E / OU AÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE PRODUTO E / DO PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, PACOTES CONTENDO 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE MERCADO, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).. VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	7685	R\$ 15,59	R\$ 119.809,15
-----	---	----	------	-----------	----------------

TOTAL LOTE IV: R\$ 959.789,72



LOTE V – POLPA DE FRUTAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
012	POLPA DE FRUTA CONGELADA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR (PCT 1 KG): POLPA DE FRUTAS INTEGRAL, SABORES (ABACAXI, ACEROLA, GOIABA, MANGA, CAJU). NÃO CONTENDO PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO ALCOÓLICOS E NÃO FERMENTADO. CONSERVADO EM TEMPERATURA DE -12 A -18°C. O PRODUTO DEVERÁ TER RENDIMENTO APROXIMADO ENTRE 5 A 7 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES 12/78, 12/01 E 272/05, DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07/01/00, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. AMPLA CONCORRÊNCIA.	KG	14542	R\$ 15,87	R\$ 230.781,54

TOTAL LOTE V: R\$ 230.781,54



LOTE VI – PÃES (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
013	PÃO DE SAL 50 G (FRANCÊS) - PÃO DE SAL, COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO FRANCÊS É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCA-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME. *EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILAR, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	171144	R\$ 0,91	R\$ 155.741,04



014	<p>PÃO DOCE, CONFEITADO COM COCO: COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO DOCE É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, ÁGUA, MARGARINA COM 75% DE LIPÍDIOS, OVOS, AÇÚCAR CRISTAL, COCO FINO PADRÃO, MELHORADOR, FERMENTO BIOLÓGICO E SAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, ESTABILIZANTES E ANTIMOFO. O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DA ENTREGA E NÃO DEVE ESTAR AMASSADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA.</p>	UN	103111	R\$ 1,08	R\$ 111.359,88
-----	---	----	--------	----------	----------------



015	PÃO DE SAL INTEGRAL: COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. DEVE SER COMPOSTO POR FARINHA DE TRIGO TIPO 1 COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, ÁGUA, MELHORADOR DE FARINHA, SAL (CLORETO DE SÓDIO), ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO.	UN	700	R\$ 1,41	R\$ 987,00
-----	---	----	-----	----------	------------

TOTAL LOTE VI: R\$ 268.087,92



ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO PRESENCIAL PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ (preenchida em papel timbrado da proponente)				
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE		
Razão Social				
CNPJ				
Endereço				
Inscrição Estadual				
Inscrição Municipal				
Telefone/Fax				
E-mail				
Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente)				
Nome do Representante Legal				
Estado civil do Representante Legal		Nacionalidade do Representante Legal		
Identidade do Representante Legal		CPF do Representante Legal		
LOTE/ITEM, conforme especificação técnica do lote/item do Anexo I do Edital.	VALOR (ES) UNITÁRIO (S)		VALOR (ES) TOTAL (IS)	
	Marca		Modelo	
	Prazo de Garantia			
	Assistência Técnica			
Prazo de Entrega				
Prazo de Validade da Proposta				
Local de Entrega				
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas editalícias para obtenção de propostas e seus Anexos.				

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de
Sabará
Ata de Registro de Preço
nº xxx/2016

Aos dias do mês de xxxxxx de 2016 na sede da Prefeitura Municipal de Sabará, à rua Dom Pedro II, nº 200, Centro, Sabará/MG, considerando o julgamento da licitação na modalidade, publicada no, de .../.../....., processo administrativo nº....., foram registrados nesta Ata, os preços da (s) empresa(s) classificada(s), bem como as demais especificações constantes da(s) sua(s) proposta(s); quando as partes, representando o Município de Sabará, o Prefeito Municipal, Sr. Wander José Goddard Borges, inscrito no CPF sob o nº 204.614.376-00 e a empresa, denominada DETENTOR, com sede à, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, representada pelos senhores, , inscrito no CPF/MF sob o nº, e, inscrita no CPF sob o nº, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para consecução do objeto adiante descrito, conforme licitação mencionada, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de junho de 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1.590, de 12 de abril de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal nº 11 de 04 de janeiro de 2013.

1. Do Objeto

Promover registro de preço, consignado em Ata, para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar (Carnes, polpa de fruta e pães), em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.947/2009 e nas Resoluções CD/FNDE nº 38/2009 e 26/2013, conforme constante neste Edital e seus Anexos.

2. Da Validade do Registro de Preços

I. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

III. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços o Município não será obrigado efetuar a compra ora prevista.

IV. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantido ao detentor da Ata o contraditório e a ampla defesa.

3. Da Utilização da Ata de Registro de Preços

A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer ente ou órgão da Administração incluindo outros órgãos e entidades de outras esferas governamentais que não tenham participado do certame licitatório, nos termos do Decreto Municipal regulamentador da matéria.



4. Do Reajustamento de Preços

I. Considerando o prazo de validade estabelecido no item I da Cláusula 2ª da presente Ata, o preço do produto é irremediável, não incidindo sobre eles quaisquer aumentos no período de um 01 (um) ano contado a partir da data da apresentação da proposta, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto Regulamentador do Registro de Preços e a atualização monetária de valores.

II. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

III. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado.

5. Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

I. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração, assegurados o contraditório e ampla defesa, quando:

a) o detentor da Ata não cumprir com as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) o detentor da Ata não entregar o produto constante da Nota de Autorização de Empenho – AE no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) o detentor da Ata der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial decorrente do registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o detentor da ata não aceitar reduzir o seu preço registrado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II. A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos será feita pessoalmente, por correspondência com aviso de recebimento ou qualquer outro meio que garanta ciência ao detentor da Ata, juntando-se o comprovante ao processo de administração desta Ata de Registro de Preços.

III. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor da Ata, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

IV. A solicitação do detentor da Ata para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

6. Das Disposições Finais



I. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata elege-se o foro da Comarca de Sabará.

II. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto Regulamentador do Registro de Preços Municipal e pelo o que dispõe as Leis 8.666/93 e 10.520/02.

7. O extrato deste Contrato será publicado no "Minas Gerais", Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

8. Registro das empresas, quantidades e preços:

ITEM	EMPRESA	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL

Estando concordes com as cláusulas e condições transcritas no presente instrumento, assinam os seus representantes esta Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Sabará, xxxxxxxxxxxx de 2017.

Administração:

Fazenda:

Educação:

Controladoria geral:

Wander José Goddard Borges
Prefeito Municipal

DETENTOR
Nome do Representante Legal
Cargo ou Função

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE SABARÁ**, com sede na Rua D. Pedro II, n.º 200, Centro, em Sabará, Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.715.441/0001-35, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Wander José Goddard Borges, e a empresa -----, com sede na -----, n.º -----, Bairro -----, cidade -----, UF -----, CEP -----, inscrita no CNPJ sob o n.º -----, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) -----, inscrito(a) no CPF sob o n.º -----, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Pregão Presencial n.º 038/2017, Processo interno n.º 945/2017, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar (carnes, polpa de fruta e pães), em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, conforme Pregão xxx/2017 e anexo único deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Acompanhamento e da Fiscalização

O acompanhamento e a fiscalização deste contrato, assim como o recebimento e a conferência dos serviços prestados, serão realizados pelo órgão do **MUNICÍPIO** que demandou a realização da contratação, a saber, Secretaria Municipal de Educação, sob a responsabilidade da servidora Anna Cláudia de Freitas e Loyola – matrícula 25.696 e Érica Pimenta, matrícula n.º 25.495

Parágrafo Primeiro - A fiscalização do **MUNICÍPIO** poderá determinar à **CONTRATADA** o reforço ou substituição de elementos, caso venha a constatar que estes estão sendo insuficientes ou impróprios para dar andamento aos serviços.

Parágrafo Segundo - A fiscalização ou supervisão do **MUNICÍPIO** não eximirá de responsabilidade a **CONTRATADA** pela execução dos serviços avençados.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei n.º 8.666/93.

II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em



associação da **CONTRATADA** com terceiros, sem autorização prévia do **MUNICÍPIO**, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado sem prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao **MUNICÍPIO** e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O **MUNICÍPIO** e a **CONTRATADA** poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O **MUNICÍPIO** reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

VIII. O **MUNICÍPIO** reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

IX. Qualquer tolerância por parte do **MUNICÍPIO**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela **CONTRATADA**, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o **MUNICÍPIO** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

X. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o **MUNICÍPIO** e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da **CONTRATADA** designadas para a execução do seu objeto, sendo a **CONTRATADA** a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

XI. A **CONTRATADA**, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao **MUNICÍPIO**, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao **MUNICÍPIO** o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.



XII. A **CONTRATADA** guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo **MUNICÍPIO** ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

XIII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela **CONTRATADA** durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do **MUNICÍPIO**, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade por Danos

A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao **MUNICÍPIO**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo **MUNICÍPIO**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo **MUNICÍPIO**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **MUNICÍPIO** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

Parágrafo Segundo - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **MUNICÍPIO**, este comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **MUNICÍPIO** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não a eximem das responsabilidades assumidas perante o **MUNICÍPIO**, nos termos desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **MUNICÍPIO**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **MUNICÍPIO**, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações das Partes



I. O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- b) assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da **CONTRATADA** aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados por meio de crachás com foto;
- c) comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;
- d) decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste Contrato;
- e) disponibilizar as informações e dados necessários à execução dos trabalhos pela **CONTRATADA**;
- f) arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.
- g) Informar a contratada sobre o local e horário a serem entregues o objeto licitado;
- h) Fiscalizar e controlar a execução do objeto.
- i) Fornecer todas as informações necessárias para a execução do objeto.

II. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;
- b) assegurar durante a execução do objeto a proteção e conservação dos mesmos;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- d) permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão da contratante a inspeção do objeto, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- e) participar à fiscalização ou supervisão da contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma eventualmente instituído para tanto, indicando as medidas para corrigir a situação;
- f) executar, conforme a melhor técnica o objeto contratado, obedecendo rigorosamente as instruções, especificações e detalhes aplicáveis ao objeto;
- g) não transferir a outrem, por quaisquer formas, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer dos serviços, a que está obrigado por força do contrato, sem prévio



assentimento por escrito da contratante;

h) respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução do objeto;

i) demonstrar sua capacidade de fornecimento, qualidade e origem da mercadoria, inclusive com verificação local em qualquer época, até a efetiva entrega do objeto desta licitação.

CLÁUSULA SEXTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

I. O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____), e será pago de acordo com os preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**, conforme anexo único.

II. O pagamento do objeto deste contrato será feito na forma adiante estipulada:

a) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria Municipal de Fazenda, após o recebimento das notas fiscais/faturas à vista da declaração da efetiva prestação do serviço;

b) Caberá à Secretaria Municipal de Educação fiscalizar o objeto e as consequentes liquidações. Incumbirá à Secretaria Municipal de Fazenda liberar o pagamento ao credor;

c) A Secretaria Municipal de Educação terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer nota fiscal para se pronunciar sobre o seu aceite. Os pagamentos serão processados pela Secretaria Municipal de Fazenda em até 20 (vinte) dias após o recebimento das notas fiscais.

d) Se a nota fiscal/fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a contratante do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo eventual atraso no pagamento de crédito já definitivamente constituído em favor da contratada, a fatura deverá ser acrescida de 0,3% (três décimos por cento) de multa ao mês.

Parágrafo Segundo – O objeto será pago de acordo com a planilha orçamentária apresentada pela **CONTRATADA** no procedimento licitatório que originou este contrato.

Parágrafo Terceiro - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, implicarão a revisão imediata dos preços, para mais ou para menos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Dotação Orçamentária

As despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Da Alteração do Contrato

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº



8.666/93, desde que haja interesse do **MUNICÍPIO**, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão Contratual

O contrato poderá ser rescindido em qualquer época pela contratante, independente de interpelação judicial, mediante à notificação por escrito à contratada, sem que a mesma tenha direito à indenização de qualquer espécie, além do pagamento dos serviços executados, quando a contratada;

- a) inobservar os prazos estabelecidos no contrato, ou em “ordem de serviço”, sem prejuízo, a critério da contratante, da imposição de multa diária de até 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato;
- b) não observar o nível de qualidade proposto para a execução do objeto;
- c) desviar-se do escopo de trabalho;
- d) subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura;
- e) desatender as determinações regulares da Fiscalização ou Supervisão da Prefeitura;
- f) dissolver a sociedade, alterar o contrato social ou modificar a estrutura da empresa, de tal forma que, a juízo da Prefeitura prejudique a execução do contrato;
- g) tiver declarado a sua falência;
- h) por conveniência de serviços e todos os demais casos que a contratante assim julgar;

Parágrafo Primeiro - Este contrato poderá ser rescindido, por acordo das partes desde que haja conveniência para à Administração.

Parágrafo Segundo - Rescindido o contrato, a contratada:

- I - terá retido todo crédito decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causados à contratante ou a terceiros;
- II - receberá apenas o objeto efetivamente executado e aceitos pela fiscalização, deduzindo todos os seus débitos;
- III - perderá em favor da contratante o valor dado em garantia à execução, até o limite dos prejuízos causados ao mesmo;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções Administrativas

Pela inexecução total ou parcial das condições contratuais, a **CONTRATADA** ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO** e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o previsto nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantindo-se a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.



Parágrafo Primeiro - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

Parágrafo Segundo - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado da garantia prestada ou do pagamento devido pelo **MUNICÍPIO**. Se o valor não for suficiente, a diferença deverá ser recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

Parágrafo Terceiro - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Pagamento de Multas e Penalidades

Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo **MUNICÍPIO** à **CONTRATADA**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do Código de Processo Civil. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Primeiro - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

Parágrafo Segundo - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Vinculação Contratual

Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao procedimento licitatório que deu causa à celebração deste contrato, exigindo-se para sua execução rigorosa obediência ao instrumento convocatório, seus anexos e à proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Recebimento do objeto

Concluído objeto do contrato, ou rescindido este, será efetuado pela fiscalização da



contratante o recebimento provisório, após inspeção e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Primeiro - O recebimento provisório não isenta a contratada da responsabilidade pelos danos relativos ao objeto realizado, tudo sem ônus para a contratante.

Parágrafo Segundo - A contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto, se em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo com o abatimento de preço que couber, desde que lhe convenha.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Publicação

O extrato deste Contrato será publicado no "Minas Gerais", Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Sabará, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes firmam o presente Contrato, juntamente com 02 (duas) testemunhas, depois de lido e achado conforme, para que produza os efeitos jurídico-legais.

Sabará, _____ de _____ de _____.

Administração:

Wander José Goddard Borges
Prefeito Municipal

Fazenda:

Educação:

CONTRATADA
Nome do Representante Legal
Cargo ou Função

Controladoria Geral:

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____



ANEXO ÚNICO

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unit.	Total
001	CARNE BOVINA EM CUBO / PATINHO DE 2ª, CONGELADA, SEM OSSO, EM CUBOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N° DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 11 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	5105		



002	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª ACÉM CONGELADA, SEM OSSO, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. * EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADA A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE CONSERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE 365 DIAS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DE APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). EXCLUSIVO ME/EPP	KG	5146		
003	PEITO DE FRANGO EM CUBOS SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADO E SEM TEMPERO, COM TEMPERATURA DE -12°C. SEM ACÚMULO DE SANGUE E GELO, NO MÁXIMO 6% DO SEU PESO EM ÁGUA (DE ACORDO COM A PORTARIA 210/98 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, ATÓXICA, RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).). VALIDADE: MÍNIMA DE 10 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP	KG	6147		



004	<p>CARNE SUÍNA EM ISCAS/ PERNIL PERNIL TRASEIRO CONGELADO, EM ISCAS DE APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E / OU AÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE PRODUTO E / DO PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, PACOTES CONTENDO 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE MERCADO, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES. EXCLUSIVO ME/EPP</p>	KG	2575		
005	<p>POLPA DE FRUTA CONGELADA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR (PCT 1 KG): POLPA DE FRUTAS INTEGRAL, SABORES (ABACAXI, ACEROLA, GOIABA, MANGA, CAJU). NÃO CONTENDO PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO ALCOÓLICOS E NÃO FERMENTADO. CONSERVADO EM TEMPERATURA DE -12 A -18°C. O PRODUTO DEVERÁ TER RENDIMENTO APROXIMADO ENTRE 5 A 7 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES 12/78, 12/01 E 272/05, DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07/01/00, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. EXCLUSIVO ME/EPP.</p>	UN	4848		



006	<p>PÃO DE SAL 50 G (FRANCÊS) - PÃO DE SAL, COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO FRANCÊS É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCA-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME. *EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILAR, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO ME/EPP</p>	UN	60132		
-----	--	----	-------	--	--



007	<p>PÃO DOCE (CONFEITADO COM COCO): COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO DOCE É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, ÁGUA, MARGARINA COM 75% DE LIPÍDIOS, OVOS, AÇÚCAR CRISTAL, COCO FINO PADRÃO, MELHORADOR, FERMENTO BIOLÓGICO E SAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, ESTABILIZANTES E ANTIMOFO. O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DA ENTREGA E NÃO DEVE ESTAR AMASSADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. EXCLUSIVO ME/EPP.</p>	UN	34370		
-----	--	----	-------	--	--



008	CARNE BOVINA EM CUBO / PATINHO DE 2ª, CONGELADA, SEM OSSO, EM CUBOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3X3X3 CM, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N° DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). VALIDADE: MÍNIMA DE 11 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	15315		
009	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª ACÉM CONGELADA, SEM OSSO, COM TEMPERATURA DE -12°C DURANTE O PROCESSAMENTO DEVERÁ SER REALIZADA A APARAGEM (ELIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM, TENDÕES E APONERVOSES), COM TEOR DE GORDURA ANIMAL MÁXIMO DE 5% E 3% DE ÁGUA. * EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADA A VÁCUO, TERMO-ENCOLHÍVEL, ATÓXICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE, TERMOSSOLDADA, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE CONSERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. VALIDADE 365 DIAS. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E N° DE APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA). AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	15354		



010	PEITO DE FRANGO EM CUBOS SEM PELE E SEM OSSO, CONGELADO E SEM TEMPERO, COM TEMPERATURA DE -12°C. SEM ACÚMULO DE SANGUE E GELO, NO MÁXIMO 6% DO SEU PESO EM ÁGUA (DE ACORDO COM A PORTARIA 210/98 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DEVE SER EMBALADO A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, ATÓXICA, RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 1 KG. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).). VALIDADE: MÍNIMA DE 10 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG	18343		
-----	--	----	-------	--	--



011	<p>CARNE SUÍNA EM ISCAS/ PERNIL PERNIL TRASEIRO CONGELADO, EM ISCAS DE APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO, QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E / OU AÇÃO DE MICRO-ORGANISMOS EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, COM ESPECIFICAÇÃO DE PESO, VALIDADE PRODUTO E / DO PROCEDÊNCIA. EMBALAGEM PRIMÁRIA: SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, RESISTENTE, PACOTES CONTENDO 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: DE MERCADO, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM: DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM A IDENTIFICAÇÃO DO CORTE UTILIZADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM CARIMBO DO SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) E Nº DA APROVAÇÃO DE RÓTULO EMITIDO PELO DIPOA (DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL) OU IMA (INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA).. VALIDADE: MÍNIMA DE 4 MESES. AMPLA CONCORRÊNCIA</p>	KG	7685		
012	<p>POLPA DE FRUTA CONGELADA 100% NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR (PCT 1 KG): POLPA DE FRUTAS INTEGRAL, SABORES (ABACAXI, ACEROLA, GOIABA, MANGA, CAJU). NÃO CONTENDO PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO ALCOÓLICOS E NÃO FERMENTADO. CONSERVADO EM TEMPERATURA DE -12 A -18°C. O PRODUTO DEVERÁ TER RENDIMENTO APROXIMADO ENTRE 5 A 7 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES 12/78, 12/01 E 272/05, DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07/01/00, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. AMPLA CONCORRÊNCIA.</p>	KG	14542		



013	PÃO DE SAL 50 G (FRANCÊS) - PÃO DE SAL, COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO FRANCÊS É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCA-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME. *EMBALAGEM PRIMÁRIA: EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILAR, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA.	UN	171144		
-----	--	----	--------	--	--



014	<p>PÃO DOCE, CONFEITADO COM COCO: COM PESO DE 50G A UNIDADE, DE BOA QUALIDADE. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E TAMBÉM DEVE TER TAMANHO PADRÃO. PÃO DOCE É O PRODUTO FERMENTADO, PREPARADO, OBRIGATORIAMENTE, COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, ÁGUA, MARGARINA COM 75% DE LIPÍDIOS, OVOS, AÇÚCAR CRISTAL, COCO FINO PADRÃO, MELHORADOR, FERMENTO BIOLÓGICO E SAL, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, ESTABILIZANTES E ANTIMOFO. O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DA ENTREGA E NÃO DEVE ESTAR AMASSADO. EMBALAGEM PRIMÁRIA: EM SACOS DE POLIETILENO, ATÓXICO, QUE CONTENHAM 50 UNIDADES. SECUNDÁRIA: DEVERÁ SER ENTREGUE NA INSTITUIÇÃO EM CAIXAS GRADEADAS CONFECCIONADAS EM POLIETILENO, ATÓXICAS, OU SIMILARES, QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS. NÃO É PERMITIDO EM HIPÓTESE ALGUMA O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DIRETO EM CAIXAS DE PAPELÃO. AMPLA CONCORRÊNCIA.</p>	UN	103111		
015	<p>Pão de Sal Integral: com peso de 50g a unidade, de boa qualidade. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação e também deve ter tamanho padrão. Deve ser composto por farinha de trigo tipo 1 com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, água, melhorador de farinha, sal (cloreto de sódio), água, fermento biológico. Embalagem Primária: em sacos de polietileno, atóxico, que contenham 50 unidades. Secundária: Deverá ser entregue na instituição em caixas gradeadas confeccionadas em polietileno, atóxicas, ou similares, que preserve a integridade e qualidade dos produtos. Não é permitido em hipótese alguma o armazenamento e transporte direto em caixas de papelão.</p>	UN	700		



ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE AMOSTRA

(Documento a ser emitido pela Secretaria Municipal Requisitante do Objeto)

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº _____/2017

A Prefeitura Municipal de Sabará, por meio do órgão requisitante do objeto, registra que examinou as amostras de produtos apresentadas pela Empresa _____, cadastrada sob o CNPJ nº _____, com sede na Rua/Av. _____ na Cidade de _____, e declara que o(s) lote(s) adiante identificado(s) atende(m) satisfatoriamente as características e compatibilidades técnicas, em especial os padrões de qualidade, durabilidade, funcionalidade desejada e desempenho.

Item X – Descrição – Marca: Y

Item W – Descrição – Marca: A

(...)

Sabará, ____ de _____ de 2.017

Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX